



## O SUPER-EU E O IDEAL DO EU: ENTRE DOIS ASPECTOS DA MORAL FREUDIANA

Virginia Helena Ferreira da Costa

Titulação: Mestranda/USP (sob orientação de Vladimir Safatle)

[virginiahelena.costa@gmail.com](mailto:virginiahelena.costa@gmail.com)

**Resumo:** Neste artigo trataremos de uma possível divisão metodológica no que concerne à moralidade tal como ela aparece em Freud para que possamos apresentar soluções teóricas ao problema ético instaurado por essa moral, a saber, a relação da lei com a sexualidade. Delimitaremos seu aspecto contraditório – segundo o qual a lei interna se apresenta como dividida em seu aspecto pulsional, de um lado, e censor, de outro – através da subdivisão da lei interna em Super-eu (como uma força interna de censura que representa a exterioridade na subjetividade) e em ideal do Eu (como uma de suas funções que mantém os desejos primordiais subjetivos em forma de fantasias). Para tanto, uma gênese teórica dos dois conceitos será produzida, gênese que envolve a própria formação psíquico-emocional subjetiva segundo Freud.

**Palavras-chave:** Super-eu. Ideal do Eu. Moralidade. Sexualidade. Identificação.

**Resumen:** En este artículo vamos a abordar una metodología de división posible con respecto a la moralidad como aparece en Freud para que podamos ofrecer soluciones teóricas al problema ético presentado por esta moral, es decir, la relación de la ley a la sexualidad. Delimitaremos sus aspectos contradictorios – por lo que la ley interna se presenta como dividida en su aspecto pulsional, por un lado, y censor, por otro lado – a través de la subdivisión de la legislación interna entre Super-yo (como una fuerza interna de la censura que representa la externalidad en la subjetividad) y el ideal de Yo (como una de sus funciones de tener los deseos primordiales subjetivos en forma de fantasías). Por lo tanto, una génesis teórica de los dos conceptos será producida, lo que implica la propia génesis de la formación psico-emocional subjetiva según Freud.

**Palabras-clave:** Super-yo. Ideal de Yo. Moralidad. Sexualidad. Identificación.

Comecemos a explicação da gênese do Super-eu pela seguinte descrição contextual: “De fato, o Super-eu é o herdeiro do complexo de Édipo e só se im-põe {*einsetzen*} após a tramitação deste” (FREUD 1940/2001, p. 207)<sup>1</sup>. O complexo de Édipo é tido como estrutural na formação subjetiva, de forma que todas as crianças estão destinadas a passar por ele. Isso pela característica da infância prolongada própria dos seres humanos – fator que determina a dependência das crianças em relação a seus progenitores – somada ao desenvolvimento da sua vida sexual, que atinge o primeiro ápice entre os três e os cinco anos de idade. Seu conteúdo refere-se à saga grega do rei Édipo, o qual se casou com sua mãe após ter assassinado seu pai. Tal relação afetiva foi concebida por Freud posteriormente à constatação clínica de constantes cenas de sedução infantil, verdadeiras fantasias de desejo em relação aos pais.

Entretanto, a inconsciência na qual tais sentimentos se encontram provém do fato de que

nenhum desses amores incestuosos pode fugir à fatalidade da repressão. Sucumbem a ela devido a ensejos externos verificáveis, que provocam decepção, devido a inesperadas doenças, ao nascimento indesejado de um irmãozinho, que é sentido como uma infidelidade etc., ou então a partir de dentro, sem ocasiões exteriores, talvez apenas porque não se realizou a satisfação há muito ansiada. É inegável que tais ensejos não são as causas efetivas, mas que essas relações amorosas estão fadadas a declinar em algum momento. [...] O mais provável é que desapareçam porque seu tempo acabou, porque as crianças entram em nova fase de desenvolvimento (FREUD 1919/2010, p. 306-7).

Tal dissolução do complexo descrito mediante a repressão visa, entre outros, possibilitar ao indivíduo o deslocamento de sua libido sexual das vinculações infantis até as escolhas de objeto exteriores, sendo uma etapa da socialização dos desejos, primeira relação intersubjetiva dos sujeitos. No entanto, a destruição do complexo de Édipo pela renúncia aos amores parentais é acompanhada por outra situação afetiva a ela conectada, o complexo de castração. Este outro complexo é fruto de uma intimidação sexual exercida sobre a criança, dado o fato do onanismo infantil: os pais

---

<sup>1</sup>Todas as citações presentes neste texto, cuja edição usada versa em língua estrangeira, foram de tradução caseira.

não aprovam a manipulação genital precoce, ameaçando a criança caso a masturbação não seja interrompida. Esta ameaça promove um efeito traumático de grande intensidade no sujeito em desenvolvimento, já que está vinculada à situação edípica: uma vez que a fantasia da castração é simultânea ao complexo de Édipo, a perda desta tão estimada parte de seu corpo impossibilitaria à criança o uso do seu pênis como instrumento de satisfação dos afetos amorosos promovidos pelo complexo de Édipo. A fantasia da ameaça da perda do falo – ou a constatação, no caso da menina, da já consumada castração - é um dos fatores responsáveis pela sanção do desejo incestuoso, promovendo o declínio edípico e, junto a ele, da sexualidade infantil.

Por outro lado, se nos complexos de Édipo e da castração concebemos uma ligação amorosa em relação à mãe, encontramos também a ambivalência de sentimentos ternos e hostis em relação ao pai. Evidências são encontradas na descrição do pequeno Hans, caso freudiano de fobia infantil: “Sabemos que esse elemento da angústia de Hans é de dupla articulação: angústia *ante* o pai e angústia *pelo* pai. A primeira provém da hostilidade em relação ao pai; a segunda, do conflito entre a ternura, exagerada aqui pela via de reação, e a hostilidade” (FREUD, 1909/1993, p. 39). Tal presença de sentimentos contrários relacionados à mesma pessoa é o núcleo conflituoso que leva a criança a se identificar com os progenitores, momento de finalização do Édipo e constituição do Super-eu. Concebamos, então, como o conflito de sentimentos no Édipo se resolve na introjeção da alteridade no interior da formação subjetiva.

A identificação que torna possível o declínio do complexo de Édipo é tida como uma assimilação do outro no interior da subjetividade descrita, de modo que a criança, ao identificar-se com alteridade, quer *ser igual a ela*. O Eu infantil é, então, modificado segundo o modelo dos pais, de modo que “A identificação é, por um lado, um processo na primeira pessoa” – já que se dá no interior da formação euóica da criança –, ao mesmo tempo em que “implica que uma assimilação do outro possa ter lugar” (CARDOSO, 2002, p. 85). Em relação ao complexo edípico, a identificação atua da seguinte forma: primeiramente, o amor incestuoso, impossível de ser realizado, pode se perpetuar, mediante a introjeção da imago materna, transformando-se em fantasias; por outro lado, o conflito entre o amor e o ódio da criança em relação ao pai pode se resolver pela incorporação de tais sentimentos hostis no interior da criança, permitindo a permanência exclusiva de sentimentos ternos ligados ao pai. É a severidade e a agressividade do pai-rival na realização amorosa com a mãe, juntamente com o rigor da

ameaça de castração envolvida, que vai formar, por identificação, o Super-eu. É, portanto, mediante a identificação que o conflito edípico pode ter fim enquanto situação real, uma vez que as relações amorosas e hostis não se esvaneceram simplesmente, mas se perpetuam como fantasias e assimilação das qualidades dos pais e dos sentimentos ligados a eles. Nas palavras de Freud:

Os investimentos objetais são abandonados e substituídos pela identificação. A autoridade do pai ou dos pais, introjetada no Eu, forma ali o âmago do Super-eu, que toma ao pai a severidade, perpetua a sua proibição do incesto e assim garante o Eu contra o retorno do investimento libidinal de objeto. [...] Todo o processo, por um lado, salvou o genital, afastou dele o perigo da perda, e, por outro lado, paralisou-o, suspendeu sua função (FREUD, 1924/2010, p. 207).

A identificação como incorporação das figuras paternas, bem como a ameaça da castração, insistimos, tem como principal consequência a mudança de caráter que é promovida no sujeito em formação. Se, com a identificação, o desejo incestuoso permanece vivo na forma de fantasias, salientamos que a proibição e o medo da ameaça corporal da castração também são internalizados e depositados na estrutura mesma do Eu. Nesse sentido, a recusa da utilização do pênis não é simplesmente um interdito sexual, mas um perigo de aniquilação física proveniente dos sujeitos dos quais a criança depende e mais ama. Este perigo de agressão é retido na própria personalidade subjetiva, marcando de forma definitiva todo o desenvolvimento posterior do indivíduo não só em relação a sua integridade física quanto às escolhas de objeto, concretizações de desejos, obediências a leis externas, medos e angústias posteriores.

Neste contexto, se o Super-eu é o resultado do declínio do complexo de Édipo e da ameaça da castração, ele prolonga, na interioridade psíquica da criança, as mesmas proibições, autoridades e leis provenientes da educação paterna. Essa instância subjetiva será, então, a fonte das restrições internas ao Eu recém-constituído, contrapondo-se a ele. Contudo, o amor perante a mãe ainda pulsa no inconsciente da criança, situando-se, enquanto reprimido, na instância psíquica denominada Isso, ou Id. É, portanto, a um âmbito topográfico do psíquico que deveremos nos ater agora para nos aprofundarmos na gênese e nas funções do Super-eu.

Se, pela formação supereuóica, o Eu pode tomar a si mesmo por objeto, observando-se e criticando-se, entendemos que, com o fim da fase edípica, uma parte do Eu se contrapõe ao resto de si mesmo, sendo, então, divisível em instâncias psíquicas e

funções diversas. Entretanto, este caráter cindido do Eu é, antes, possibilitado pela suas próprias características e gênese. Segundo Freud, o Eu é, por um lado, responsável pela *percepção* e por grande parte da síntese da *consciência* [*Bewußtsein*] psíquica; contudo, por outro lado, seu surgimento é promovido pelo Isso libidinal, pelo movimento das pulsões sexuais, estas sim originárias. Assim, “É fácil ver que o Eu é a parte do Id modificada pela influência direta do mundo externo, sob mediação do Pcp-Cs [sistema percepção-consciência], como que um prosseguimento da diferenciação da superfície” (FREUD, 1923/2010, p. 31). Entendamos como tal diferenciação e constituição se dá.

O Isso é a região da mente que governa as pulsões sexuais subjetivas, desejos reprimidos e fantasias que permanecem inconscientes. Sendo, então, um âmbito subtraído ao conhecimento do Eu, o Isso é um pronome impessoal que chegamos a exprimir quando dizemos que “‘Isso [Es] me sacudiu – diz-se -; havia algo em mim [*es war etwas in mir*] que nesse instante era mais forte que eu’. ‘*C’était plus fort que moi*’” (FREUD, 1926/2001, p. 183). É concebido como um esforço de satisfação das pulsões sexuais, não tendo organização; local psíquico onde não impera qualquer negação, relação temporal e nem mesmo o princípio de contradição, coexistindo nele impulsos opostos. Ele não conhece valores, princípios morais, buscando exclusivamente o prazer.

No entanto, é exatamente de tal região libidinal que o Eu, como consciência organizada e coerente, provém:

Sob o influxo do mundo exterior real-objetivo que nos circunda, uma parte do Isso experimentou um desenvolvimento particular; sendo originalmente um extrato cortical dotado dos órgãos para a recepção de estímulos e dos dispositivos para a proteção frente a estes, estabeleceu-se uma organização particular que no sucessivo media o Isso e o mundo exterior. A este distrito de nossa vida anímica damos o nome de *Eu* (FREUD, 1940/2001, p. 143).

O Eu é, portanto, a superfície mais externa do Isso, como que um órgão desenvolvido para dar conta do relacionamento entre a região psíquica inconsciente e o mundo exterior. Para tanto, rege os sentidos, recebe os estímulos da exterioridade, ordena temporalmente e unifica de forma coerente os processos psíquicos, dirige o aparelho motor. Contudo, sua relação com o Isso, sua região de berço, torna-se dupla: se o Eu se desenvolve para mediar a satisfação dos prazeres exigidos pelo Isso em relação ao mundo externo – não sendo, nesse sentido, mais do que um setor diferenciado do Isso, um prolongamento consciente de sua origem –, ele ao mesmo tempo se empenha

em dominar as pulsões que, por diversos fatores, não poderão alcançar o prazer de forma imediata. Neste último sentido, então, o Eu, organizado segundo o funcionamento do mundo externo, contrapõe-se ao Isso, uma vez que se diferencia dele por oposição.

É desta forma que concebemos o Eu como o empenho psíquico que tende a organizar os influxos provenientes das mais diversas origens, seja da libido do Isso, seja das proibições do Super-eu, procurando, além disso, uma consonância entre o âmbito interno de si e as possibilidades de satisfação percebidas na realidade. Mediante tantos imperativos, o Eu, ao tentar se apartar dos perigos de exigências e dissolução de si, vê-se, então, obrigado a desenvolver defesas que tendem a falsificar a percepção interna, desfigurar as informações externas, paralisando-se progressivamente por estas limitações. Tais mecanismos de defesa é o que tendem a ocasionar os sintomas:

Segundo nossa premissa, o Eu tem a tarefa de obedecer a suas três fidelidades – a realidade objetiva, o Isso e o Super-eu – e a manter apesar de tudo sua organização, afirmar sua autonomia. A condição dos estados patológicos mencionados só pode consistir em um debilitamento relativo ou absoluto do Eu, que o impossibilita cumprir suas tarefas. [...] Nos conflitos econômicos que disso resultam vislumbramos que frequentemente Isso e Super-eu fazem causa comum contra o oprimido Eu, quem, para conservar sua norma, quer aferrar-se à realidade objetiva. Se os dois primeiros tornam-se demasiado fortes, conseguem minuar e alterar a organização do Eu até o ponto de perturbar, ou ainda cancelar, seu vínculo correto com a realidade objetiva (FREUD, 1940/2001, p. 143).

Neste contexto, os reclames supereuóicos frente ao Eu não se constituem de forma simples. Se a formação do Super-eu se dá por identificação do Eu com as autoridades paternas a fim de dissolver a ambivalência sentimental envolvida na situação edípica, tais sentimentos contraditórios irão marcar a dupla via de identificação que formará o Super-eu. O perigo da castração que a criança tem de enfrentar a faz renunciar à satisfação pulsional, deixando ao pai as realizações de satisfação amorosa materna que só a ele estão reservadas. Por outro lado, a incorporação da função restritiva do pai no interior da criança a torna, de certa forma, semelhante à autoridade. Se pensarmos, conjuntamente, que o amor em relação à mãe perdura, por repressão, também no interior da criança na forma de fantasia, dizemos então que o conflito edípico ainda sobrevive, não enquanto sentimentos ligados aos progenitores, mas na forma de dissolução interna e contraposição de instâncias psíquicas, entre as pulsões amorosas do Isso e a negação a tal satisfação do Super-eu. Nas palavras de Freud:

Mas o Super-eu não é simplesmente um resíduo das primeiras escolhas objetais do Id; possui igualmente o sentido de uma enérgica formação reativa a este. Sua relação com o Eu não se esgota na advertência: ‘Assim (como o pai) você deve ser’; ela compreende também a proibição: ‘Assim (como o pai) você não pode ser, isto é, não pode fazer tudo o que ele faz; há coisas que continuam reservadas a ele’” (FREUD, 1923/2010, p. 42-3).

O Super-eu, então, é uma forma que o Eu encontrou para dominar o Isso, ao mesmo tempo em que aprofundou seus vínculos com ele. Tal relação dupla é evidente pelo caráter contraditório do Super-eu, a saber, que mantém vivos os interesses da pulsão sexual no interior do Isso ao mesmo tempo em que faz prevalecer a coerção a estes mesmos desejos ao qual o Eu, para manter uma ligação estreita com a realidade externa, teve de reagir. Assim, pelo Édipo e pela castração, de uma escolha de objeto erótico, passamos, então, a uma alteração no Eu. Através da identificação do Eu com os objetos de amor renunciados ou perdidos, entendemos, então, que o Super-eu é um precipitado no Eu ou a própria sedimentação em seu interior de investimentos fracassados de objetos amorosos. O Super-eu, desta forma, é ancorado no Isso pulsional e, por isso, sua legalidade interna é tão implacável e, muitas vezes, contraditória. Ou, na visão de Ricoeur,

O supereu é então o herdeiro do complexo de Édipo no duplo sentido em que dele procede e em que ele lhe reprime; é este duplo sentido que concerne a expressão de ‘declínio’ (*Untergang*) do complexo de Édipo: o declínio designa a exaustão de uma organização caduca da libido [...], mas também a demolição, o desmantelamento, a ruína (*Zerstrümmung*) de um investimento objetual. É para dar conta desta ‘formação de reação’ que Freud foi levado a sublinhar o caráter agressivo e punitivo da figura parental com a qual o eu se identifica (RICOEUR, 1955, p. 222-3).

Assim, sendo uma formação de reação a um conflito amoroso, a uma ameaça física, à ambivalência de sentimentos, além de ser compromissada com o Eu e com o Isso, as funções do Super-eu são múltiplas e os sentimentos e exigências que o acompanham são as mais diversas. Neste âmbito, seguimos Freud ao atribuímos ao Super-eu a função da consciência moral, com sua auto-observação, agressividade e o sentimento de culpa; ao mesmo tempo, a função do ideal do Eu, enquanto modelo de

ação fortemente narcísica, é acompanhada pela angústia e o sentimento de desamparo. Voltemo-nos, então, para tais funções.

O conceito de “consciência moral” [*Gewissen*] é tido como uma função do Super-eu que toma para si as ações de vigilância e auto-observação de atos, intenções, pensamentos e sentimentos, com o conseqüente julgamento e punição do Eu. Tal atividade crítica é a que mais se aproxima das anteriores funções paternas, sendo a maior evidência da identificação que introjetou a censura dos pais:

Nesta época se consumou uma importante alteração. Um fragmento do mundo exterior resignou-se como objeto, ao menos parcialmente, e retornando (por identificação) foi acolhido no interior do Eu, ou seja, tornou-se um ingrediente do mundo interior. Esta nova instância psíquica prossegue as funções que tinham exercido aquelas pessoas (os objetos abandonados) do mundo exterior; observa o Eu, dá-lhe ordens, julga-o e o ameaça com castigos, tudo como os progenitores, cujo lugar ocupou. Chamamos *Super-eu* a essa instância, e a sentimos, em suas funções de juiz, como nossa *consciência moral* (FREUD, 1940/2001, p. 207).

Nestes termos, a consciência moral é uma função que exhibe a independência que o Super-eu adquiriu em relação às demais instâncias psíquicas, uma vez que a consciência moral “não necessita invocar nenhuma outra coisa, pois está certa [*gewiss*] de si mesma” (FREUD, 1914/2010, p. 73-4). Assim, a consciência moral emite ordens ao sujeito, julga e condena o Eu, sem necessitar de autorização para agir, bastando a si mesma. Entretanto, esta auto-suficiência não é justificada pela retidão e coerência dos juízos emitidos pela consciência moral, mas, antes, como vimos, suas cobranças e exigências podem ser contraditórias entre si. Isso se dá pela própria gênese do Super-eu, seja em relação à ambivalência edípica a que deve seu nascimento, seja pela herança proveniente das injunções pulsionais do Isso. Esse caráter compulsivo do julgamento moral, então, emite constantemente o seguinte juízo: “Seja como for, és culpado”. Ora, o que se deve obedecer sem a compreensão do sentido e coerência do julgamento é tido como um imperativo, sentido como um duro e imperioso “ter que”. No melhor estilo kantiano, o imperativo não admite dúvidas e questionamentos, sua ação tendo que se portar conforme aos fins determinados por um tribunal interno. Sua maior evidência vem da certeza interna dos neuróticos obsessivos que, caso não cumpram os mandamentos que sua consciência emite, sabem que uma desgraça irreversível e irreparável os aguarda.



Entretanto, Freud mesmo nos alerta que esse tribunal subjetivo, cuja característica auto-suficiente lhe é marcante, não teve uma gênese igualmente independente. Uma vez que sua função é essencialmente restritiva, ela mesma foi concebida como originária de uma renúncia anterior a ela. Se a própria formação do Super-eu provém de uma renúncia a um objeto de amor, restringindo-o às fantasias, a consciência moral é tida como uma formação reativa desta renúncia primeira, originária. Assim, a hostilidade relacionada ao pai que a criança teve de recalcar, por respeito a uma situação externa familiar, é a fundadora da consciência moral ela mesma, cuja função é o próprio recalcar, como um prolongamento da primeira renúncia de objeto que assegura sua privação. Ou seja, na situação edípica,

O desejo de transgressão [à proibição paterna] parece ter sido tão poderoso que, para impedi-lo de surgir, foi necessária uma força suplementar complementando o esforço repressor contido no cerimonial de interdição. Esta força nada mais é do que a *consciência moral* (produto do sentimento de culpa) (ENRIQUEZ, 1990, p. 38).

A severidade da consciência moral, neste sentido, é não só explicada pela primeira renúncia pulsional do complexo de Édipo, como também ganha progressivamente mais força a cada nova renúncia a que a consciência moral obriga o Eu. Ou seja, “a consciência é resultado da renúncia instintual, ou de que esta (a nós imposta do exterior) cria a consciência, que então exige mais renúncia instintual” (FREUD, 1930/2010, p. 99). Isso provém do fato de que quanto mais o sujeito domina sua agressividade externa, mais intolerante será consigo internamente. Neste seguimento, dizemos que a força da consciência moral supereuóica é formada por um conjunto de fatores: quanto mais forte o sentimento amoroso em relação à mãe, maior a renúncia a ser feita e, por isso, com mais força se instaura a consciência moral; por outro lado, neste contexto, mais ódio a criança terá do pai, ódio que será introjetado, aumentando a força das restrições do Super-eu; no entanto, quanto mais branda e amorosa for a educação do pai, menos a criança irá exhibir sua agressividade contra ele, voltando-a para si mesmo. Assim, o Super-eu agredirá o Eu da mesma forma em que a criança queria ter agredido o pai, mas foi impossibilitada pela identificação e pela relação amorosa existente. Em resumo,

O Super-eu frequentemente exhibe uma severidade a qual os progenitores reais não deram o modelo. É notável, também, que não pede contas ao Eu só por causa de suas ações, senão de seus pensamentos e propósitos não cumpridos, que parecem ser-lhe concebidos. (...) Sua hiper-severidade não responde a um arquétipo objetivo, senão que corresponde à intensidade da defesa gasta contra a tentação do complexo de Édipo (FREUD, 1940/2001, p. 207).

Da renúncia instintual e a agressividade que ela provoca, segue o sentimento de culpa. Eis a descrição que é fornecida por Freud: “À tensão entre o rigoroso Super-eu e o Eu a ele submetido chamamos consciência de culpa; ela se manifesta como necessidade de punição” (FREUD, 1930/2010, p. 92). A culpa, que no complexo de Édipo era real – dado o medo físico da autoridade paterna e a tentativa de satisfação em ato do desejo pela mãe – agora constitui o medo que o Eu tem do Super-eu. Pela tensão entre as instâncias psíquicas, digamos que o ganho subjetivo pela renúncia instintual não foi muito alto: se os desejos proibidos continuam vivos no interior da criança, eles não poderão ser ocultados do Super-eu, fato que, mesmo sem a concretização da intenção e do sentimento incestuosos, produz o castigo e a culpa:

Apesar da renúncia efetuada produz-se um sentimento de culpa, portanto, e essa é uma grande desvantagem econômica na instituição do Super-eu, ou, como se pode dizer, na formação da consciência. A renúncia instintual já não tem efeito completamente liberador, a abstenção virtuosa já não é recompensada com a certeza do amor; um infortúnio que ameaça a partir de fora — perda do amor e castigo da autoridade externa — é trocado por uma permanente infelicidade interna, a tensão da consciência de culpa (FREUD, 1930/2010, p. 98).

O sentimento de culpa, então, provém do ódio e medo do pai que, uma vez introjetados pela identificação, foi denominado o resultado da tensão entre o Eu e a onisciência do Super-eu. A interiorização da autoridade é, portanto, o processo que torna a culpa inevitável pelo simples fato de que o Eu, uma vez que é gerado a partir do Isso, deseja. Disso se segue que, exatamente pela característica inconsciente dos desejos provenientes do Isso ou mesmo recalcados para essa região psíquica, muitas vezes o sentimento de culpa é também inconsciente para o Eu<sup>2</sup>. Nesse sentido, se a consciência

---

<sup>2</sup> Freud retificou, posteriormente, que o termo “inconsciente” que designa um sentimento de culpa não é o mais apropriado para a descrição, uma vez que não podemos conceber como um sentimento é inconsciente para o sujeito. Mais apropriado, seria, uma “necessidade inconsciente de punição”. No entanto, dada a extensão que a expressão tomou devido a sua repetição por

moral supereuóica é proveniente da repressão do complexo de Édipo, este permanecendo, desde então, inconsciente, podemos, portanto, admitir um sentimento inconsciente de culpa: “Pode-se ir mais longe e arriscar a pressuposição de que, normalmente, uma grande parte do sentimento de culpa teria de ser inconsciente, porque a origem da consciência moral está intimamente ligada ao complexo de Édipo, que pertence ao inconsciente” (FREUD, 1923/2010, p. 65).

Compreendendo, então, a consciência moral como função do Super-eu, suas características e sentimentos, lemos o resumo fornecido por Freud:

O Super-eu é uma instância explorada por nós; a consciência, uma das funções que a ele atribuímos, a de vigiar os atos e intenções do Eu e de julgar, exercendo uma atividade censória. O sentimento de culpa, a dureza do Super-eu, é então o mesmo que a severidade da consciência, é a percepção que tem o Eu de ser vigiado assim, a apreciação da tensão entre os seus esforços e as exigências do Super-eu, e o medo ante essa instância crítica (subjacente à relação inteira); a necessidade de castigo, é uma expressão instintual do Eu, que por influência do Super-eu sádico tornou-se masoquista, ou seja, emprega uma parte do instinto para destruição interna nele presente para formar uma ligação erótica com o Super-eu. Não se deve falar de consciência moral antes de demonstrar a existência de um Super-eu; quanto à consciência de culpa, é preciso admitir que se apresenta antes do Super-eu, ou seja, também antes da consciência moral. É então a expressão imediata do medo à autoridade externa, o reconhecimento da tensão entre o Eu e esta última, o derivado direto do conflito entre a necessidade do amor dela e o ímpeto de satisfação instintual, cuja inibição gera a tendência à agressão (FREUD, 1930/2010, p. 109-110).

Em meio a isso, é-nos lícito perguntar: se atribuímos ao Super-eu a função da consciência, que julga e critica, qual o parâmetro a partir do qual o Eu é comparado? Afinal, se estamos falando do processo de socialização do sujeito, qual o modelo de si que o sujeito se pressiona a realizar? É mediante a formação do ideal do Eu que esboçaremos uma resposta.

A consciência moral, função do Super-eu a qual acabamos de nos reportar, cumpre a tarefa de observar continuamente o Eu, avaliando-o e medindo-o através de um ideal posto para si. Se “A instituição da consciência moral foi, no fundo, uma corporificação inicialmente da crítica dos pais” (FREUD, 1914/2010, p. 43), dizemos que a consciência moral maltrata o Eu por ele não estar à altura de um ideal formado

---

entre os pesquisadores, assim como pela retificação tardia de Freud, manteremos “sentimento inconsciente de culpa”, associando-a, na sequência, à necessidade de punição.

pela identificação com o objeto. Entretanto, este ideal, enquanto a outra função supereuóica, não é formado, como a consciência moral, contemporaneamente ao Super-eu, mas é proveniente de identificações pré-edípicas. Ora, se a identificação por introjeção ocorrida após o Édipo deve reprimir o amor ao objeto materno e vive uma verdadeira ambivalência de amor e ódio perante a figura de identificação paterna, deve haver uma outra identificação postulada na teoria freudiana que dê conta de uma idealização que acompanhe a identificação. Freud designa esta identificação idealizada como “identificação primária”, já que é anterior à identificação envolvida no complexo de Édipo, ligando-se à “pré-história pessoal” do indivíduo. Assim, no sujeito em formação

serão gerais e duradouros os efeitos das identificações iniciais, sucedidas na idade mais tenra. Isso nos leva de volta à origem do ideal do Eu, pois por trás dele se esconde a primeira e mais significativa identificação do indivíduo, aquela com o pai da pré-história pessoal. Esta não parece ser, à primeira vista, resultado ou consequência de um investimento objetual; é uma identificação direta, imediata, mais antiga do que qualquer investimento objetual. Mas as escolhas de objeto pertencentes ao primeiro período sexual e relativas a pai e mãe [no complexo de Édipo] parecem resultar normalmente em tal identificação, e assim reforçar a identificação primária (FREUD, 1923/2010, p. 38-9).

A identificação primária, então, é considerada o mais remoto laço emocional com a alteridade, sendo uma etapa anterior à escolha de objeto e à ambivalência edípicas. Se esta identificação primária *prepara* o Eu para a identificação por introjeção do complexo de Édipo – momento em que ocorre a primeira socialização dos desejos infantis –, é porque essa anterior relação com a alteridade não culmina num investimento de objeto. Tal investimento objetual só poderá se dar na fase sexual genital iniciada na fase edípica. Assim, a identificação primária trata, antes, de uma assimilação sem conflito sentimental, não mediada por qualquer empecilho externo e interno, sendo, por isso, direta. No entanto, sua imediaticidade se dá não só pela ausência de hostilidade e ambivalência, mas também porque ela provém dos primórdios da própria formação do Eu.

Neste nível, uma vez que, como dissemos, a região psicológica originária dos seres humanos é o Isso, é do confronto das pulsões sexuais inconscientes com as exigências externas que surgirá o Eu. Ora, se a noção de “Eu” não é originária nos seres,

e sim construída, da mesma forma deve ser edificada a noção de “outro”. O ponto de partida para o estabelecimento da alteridade e o posterior investimento de objeto, então, vem de uma satisfação primordial “apoiada” na supressão das necessidades básicas do homem, a saber, a nutrição e a proteção. Este início é evidente pela característica de que “esse apoio mostra-se ainda no fato de as pessoas encarregadas da nutrição, cuidado e proteção da criança tornarem-se os primeiros objetos sexuais” (FREUD, 1914/2010, p. 32). Desta forma, o seio materno é a primeira fonte de nutrição da criança e o pai é tido como a figura primeira da proteção infantil, fatos que levam a criança a engrandecer as figuras primeiras da construção psíquica de tais objetos, percebendo-os como onipotentes. Tal exaltação dos pais, vistos como super-poderosos, é o movimento que extrapola a importância do objeto da pulsão sexual, movimento este denominado idealização.

Mediante esta idealização dos pais, entendemos que o ideal do Eu é formado por tal identificação primária, ou, como dirá Freud, substitutiva. A identificação primária ocorre quando se estabelece não somente uma alteração interna a partir de um modelo – como no caso da introjeção –, e sim a substituição do objeto como um todo no interior do Eu. Este objeto idealizado, então, é como que metabolizado, ocupando o lugar de si mesmo. Nesse sentido, o Eu se faz senhor do objeto idealizado, tornando-se ele mesmo onipotente. A idealização é, então, um engrandecimento do objeto e, conseqüentemente, do Eu que o incorporou: origina-se o ideal do Eu. Em última análise, portanto, a identificação pós-edípica – que impede a realização do incesto e da eliminação do pai, que faz surgir o Super-eu e que transforma o Eu de múltiplas formas, seja pela introjeção da hostilidade e ternura em relação ao pai e pela repressão ao amor materno – é tida como derivada de uma fase anterior do desenvolvimento da criança, ou seja, da identificação primária, que constitui a substituição de si mesmo por um ideal externo assumido subjetivamente. Desta forma, fazemos nossas as palavras de Enriquez:

Esboça-se aí a distinção entre *identificação* e *substituição*. Existe uma (ou muitas) identificação quando o objeto (desaparecido ou se mantendo) se torna parte integrante do ego; por outro lado, trata-se de uma substituição quando o objeto é posto no lugar do que constitui o ideal do ego. Assim, através da introjeção, a identificação com os pais permite ao sujeito assimilar propriedades e atributos dos mesmos e se transformar conforme o modelo que eles propõem, independentemente de suas presenças ou ausências na realidade. O ego se torna, então, o produto do conjunto de identificações passadas. A situação de

*substituição*, ao contrário, é percebida quando aquilo que era para nós um ideal se localiza num *objeto presente* que vem, no interior de nós mesmos, apresentar completamente e sem crítica *esse ideal* (ENRIQUEZ, 1990, p. 68).

A substituição de si mesmo por uma figura de alteridade idealizada, que forma o ideal do Eu, vem, neste âmbito, tornar-se mais explícita pela exposição de sua característica narcísica. O narcisismo seria reconhecido quando, num movimento pulsional, os investimentos eróticos deixaram de se voltar para os objetos exteriores, sendo introvertidos para o Eu: “O Eu tomou lugar entre os objetos sexuais e logo foi visto como o mais eminente deles. A libido que permanecia de tal modo no Eu foi chamada de “narcísica” (FREUD, 1920/2010, p 220-221). O Eu, que no narcisismo se oferece como objeto de investimentos pulsionais do Isso, na formação do ideal do Eu tende a assumir os traços dos objetos idealizados, tornando-se ele próprio objeto ideal de amor. Em nossa hipótese, então, associamos a formação mesma do Eu a partir do Isso pela identificação primária aos pais, situação na qual, idealizados, eles seriam os substitutos do ideal do Eu no interior da criança.

Neste solo, seguimos dizendo que o ideal do Eu é tido como uma gradação no interior da formação euóica, local para onde converge o investimento de si mesmo. É “O objeto que nos serve de objeto idealizado, que podemos amar e admirar, é o que surge no lugar de nós mesmos, enquanto objeto admirável, investido da libido” (ENRIQUEZ, 1990, p. 67). Sua relação com o narcisismo aparece, no entanto, entrelaçada à própria relação que os pais da criança tinham com seu filho. Os progenitores, que adaptaram seu narcisismo às exigências provenientes da realidade, vêem nos seus filhos a oportunidade de reavivar suas próprias potencialidades narcísicas abandonadas, atribuindo a eles uma perfeição irreal. Na descrição de Freud, para os progenitores, a criança

deve concretizar os sonhos não realizados de seus pais, tornar-se um grande homem ou herói no lugar do pai, desposar um príncipe como tardia compensação para a mãe. No ponto mais delicado do sistema narcísico, a imortalidade do Eu, tão duramente acossada pela realidade, a segurança é obtida refugiando-se na criança. O amor dos pais, comovente e no fundo tão infantil, não é outra coisa senão o narcisismo dos pais renascido, que na sua transformação em amor objetual revela inconfundivelmente a sua natureza de outrora (FREUD, 1914/2010, p. 37-38).

É também porque a criança foi amada de tal forma, investida narcisicamente por seus pais, que o ideal do Eu pôde se conceber como narcísico. O que foi denominado por Freud como “sistema narcísico” vem a ser a cadeia de transmissão do narcisismo dos pais como investimentos objetais nos filhos, possibilitando estes últimos a formar o seu próprio ideal do Eu como revivescência deste estado de perfeição que lhe era atribuído.

Desta forma, o narcisismo do ideal do Eu é uma idealização de si espelhada nos atributos que os próprios pais atribuíam a si mesmos, e os repassaram a seus filhos. O “narcisismo perdido da infância” que o ideal do Eu vem a atualizar seria, então, a tentativa de preservação do sentimento de perfeição de si vivido pela criança a partir da educação paterna. Assim, o padrão ou o modelo a partir do qual a consciência moral julga e condena o Eu nada mais é do que um padrão irrealizável de perfeição narcísica, uma figura idealizada do amor a si mesmo. Não sendo ele mesmo censor e nem atuando de forma hostil, o narcisismo idealizado de si é fruto de um sistema geracional em cadeia, ela mesma fantasiosa e libidinal em sua essência. O ideal do Eu, portanto, que tem sua origem na idealização da onipotência da alteridade promovida pelo desamparo infantil – que a tomou como substituição de parte de si mesmo – ganha força pela cadeia narcísica geracional aqui descrita. Logo, é somente por essa conjunção entre identificação e idealização que o ideal do Eu consegue ser a única figura em Freud que mantém a característica narcísica, ao mesmo tempo em que faz referência à autoridade paterna. Ou, nas palavras de Ricoeur: “É preciso que o narcisismo seja mediatizado pela autoridade, para que possa ao mesmo tempo ser deslocado e mantido sob a forma de ideal. A idealização remete, pois, à identificação” (RICOEUR apud NAKASU, 2009, p. 177).

Entretanto, analisemos: se nós dissemos que o ideal do Eu é uma função do Super-eu, de forma análoga também defendemos que a identificação por substituição que constitui o ideal do Eu é o fator que possibilita a identificação por introjeção que forma o Super-eu, como se dá, então, a conjunção de ambos os pensamentos? Passemos em revista as diferenças entre ambos para, em seguida, mostrarmos sua congruência. Se já abordamos os tipos diferentes de identificação que formam o Super-eu e o ideal do Eu, especifiquemos agora suas dicotomias: 1) se o ideal do Eu mostra o aspecto narcísico da formação da moralidade interna, o Super-eu, com suas sanções, ambivalências e sentimentos hostis, exhibe a proibição que faz de uma lei uma verdadeira normatividade. 2) Neste nível, entendemos que o ideal do Eu, na base de sua formação,

não faz referência a uma alteridade constituída como separada do Eu, já que pais e filhos são ligados por transmissão de investimento narcísico; por consequência, entendemos que o ideal do Eu só faz referência a um outro enquanto construção de fantasias de realizações de si, havendo uma referência constante ao Eu. Por isso, suas características não contam com a agressividade ou a culpa, mas sim com o fascínio e a perfeição. Ao contrário, com a crise sentimental envolvida no complexo de Édipo, o Super-eu tem de lidar com frustrações em relação à alteridade, o “outro” se mostrando como irreduzível a seus desejos e pulsões. Desta forma, a criança, a partir da instauração do Super-eu, vê-se obrigada a retroceder com seu narcisismo de outrora, exibindo sua condição eminentemente finita. 3) Uma vez que ao ideal do Eu atribuímos uma característica biológica humana de dependência física e uma hereditariedade narcísica, carregada de fantasias de si e ideais irrealizáveis, o Super-eu fornece ao sujeito em desenvolvimento, por outro lado, o posicionamento social da criança em relação às normas externas. Ou seja, o Super-eu exibe um caráter eminentemente simbólico.

Consequentemente, entendemos como a identificação com a alteridade, de forma geral, é imprescindível para a formação da moralidade interna em níveis diversos, sendo necessária tanto antes como depois do complexo de Édipo. Além disso, dotados de ordens de legalidade internas diferentes, podemos conceber como o Super-eu depende da formação idealizada do Eu fornecida no período pré-edípico: não há formação de lei censora sem a “força de lei” que a acompanha, quer dizer, sem os sentimentos em meio aos quais o sujeito está envolvido e que, por isso, aceita a lei. A moralidade, para Freud, tem então uma origem eminentemente erótica e fantasiosa: só aceitamos nossas funções, atribuições e sanções sociais porque, anteriormente, encontrávamo-nos ligados narcísica e libidinalmente às autoridades envolvidas.

Em síntese, Freud nos informa sobre a construção da moralidade interna:

O Super-eu deve a sua especial posição no Eu ou ante o Eu a um fator que deverá ser estimado a partir de dois lados: é a primeira identificação, acontecida quando o Eu era ainda fraco [ideal do Eu], e é o herdeiro do complexo de Édipo [Super-eu], ou seja, introduziu no Eu os mais imponentes objetos. (...) Embora acessível a todas as influências posteriores, conserva por toda a vida o caráter que lhe foi dado por sua origem no complexo paterno, ou seja, a capacidade de confrontar o Eu e dominá-lo. É o monumento que recorda a anterior fraqueza e dependência do Eu, e que mantém seu predomínio sobre o Eu maduro. Assim como a criança era compelida a obedecer aos pais,



o Eu submete-se ao imperativo categórico do seu Super-eu (FREUD, 1923/2010, p. 60).

Contudo, não é só a partir de dicotomias que a relação entre o Super-eu e o ideal do Eu se organiza. Como a formação subjetiva se dá, entre outros, por sucessivas identificações com a alteridade, não podemos pensar que o ideal do Eu se mantém fixado na sua forma primeira de identificação paterna. De forma contrária, ele é reforçado por subsequentes idealizações, das quais herda traços cada vez mais amplos. Assim, forma-se, na história da constituição subjetiva, uma verdadeira série de identificações que tem como base e modelo a identificação primária: líderes, ídolos venerados e modelos sociais são considerados substitutos dos progenitores na sequência de identificações:

Tais identificações, enquanto precipitados de investimentos objetivos abandonados, repetir-se-ão depois frequentemente na vida da criança, mas está inteiramente de acordo com o valor afetivo desse primeiro exemplo de tal transformação que o seu resultado venha a ter uma posição especial no Eu. (...) No curso do desenvolvimento, o Super-eu acolhe também as influências das pessoas que tomaram o lugar dos pais, ou seja, de educadores, mestres, modelos ideais. Em geral ele distancia-se crescentemente dos pais originais, tornando-se mais impessoal, por assim dizer. Não esqueçamos também que a criança estima diferentemente os pais, conforme as diferentes épocas de sua vida. No tempo em que o complexo de Édipo dá lugar ao Super-eu eles são algo formidável, depois perdem muito (FREUD, 1933/2010, p. 201-2).

Assim, a identificação por introjeção decorrente do declínio do complexo de Édipo é não somente uma das subsequentes identificações que a criança deve atravessar desde a identificação primária, mas principalmente é a mais importante de todas as identificações subjetivas. Ela não só formará uma instância complexa no interior do sujeito, preparando-o para a sociabilidade e a noção de normatividade, como fará da identificação primária formadora do ideal do Eu uma de suas funções, re-afirmando tal identificação pré-edípica:

Entendemos que com a cessação do complexo de Édipo a criança teve de renunciar aos intensos investimentos de objeto que fez nos pais, e como compensação por essa perda de objeto são bastante fortalecidas as identificações com os pais que provavelmente existiam há muito no seu Eu (FREUD, 1933/2010, p. 201).

Essa congruência é possível uma vez que a identificação em vigor no fim do Édipo é, como vimos, dupla: se a rivalidade com o pai recairá na agressividade da instância internalizada, reforça-se, por outro lado, a identificação do ideal do Eu pelo viés positivo da situação edípica, ou seja, pelo contato amoroso com a mãe e pela imitação a partir do modelo paterno. No entanto, com o ideal do Eu se tornando uma função supereuóica, a idealização perde parte do caráter de proximidade do Eu, vindo a ser cada vez mais estranha a ele. Deste modo, a partir do Super-eu, o Eu pode tanto encontrar uma satisfação através de seu ideal do Eu – quando suas ações e pensamentos aproximam-se deste parâmetro de conduta – quanto ser fonte de sofrimento psíquico, favorecendo a repressão quando o Eu dele se distancia. Por isso, constata-se o fato das “pessoas adoecerem com igual frequência, se descartam um ideal ou se pretendem atingi-lo” (FREUD, 1912/2010, p. 234). A frustração que acompanha o julgamento das ações do Eu perante seu ideal, nesse sentido, é fruto da formação da legalidade interna.

Assim, pela delimitação dos conceitos de Super-eu e de ideal do Eu como sua função em meio ao contexto de formação psíquico-emocional subjetiva, mostramos de que forma algumas características aparentemente contraditórias são englobadas pela mesma instância moral, a saber, como extraíndo sua força das pulsões, ao mesmo tempo em que as interdita; como representante da realidade e simultaneamente mantenedor dos desejos na forma de fantasias; como individual e também social; enfim, como transpondo dois registros distintos, o da lei e o da sexualidade. Neste contexto, nossa leitura do estatuto da moralidade em Freud apresenta, como dissemos, as seguintes características: ela é formada por identificação amorosa e impulsos agressivos em relação à alteridade, sendo implacável em seu auto-ataque, é herdada através das gerações, ligada ao sexual, regida por fantasias e ameaças, desejos e medos, além de ser vinculada estritamente à culpa.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- CARDOSO, M. R. *Superego*. São Paulo: Escuta, 2002.
- ENRIQUEZ, E. *Da horda ao Estado – psicanálise do vínculo social*. Trad. Teresa Cristina Carreiro e Jacyara Nasciutti. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- FREUD, S. (1920/2010). *Além do princípio do prazer* In FREUD, Sigmund, *História de uma neurose infantil : (O homem dos lobos) ; Além do princípio do prazer e outros*

*textos (1917 – 1920)*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. (1909/1993). Análisis de la fobia de un niño de cinco años (O pequeno Hans). IN: FREUD, S. *Obras completas Volumen 10*. Trad. José L. Etcheverry. Argentina: Amorrortu editores, 1997.

\_\_\_\_\_. (1919/2010). Batem numa criança – Contribuição ao conhecimento da gênese das perversões sexuais. IN FREUD, Sigmund. *História de uma neurose infantil : (O homem dos lobos) ; Além do princípio do prazer e outros textos (1917 – 1920)*. Trad. Paulo César de Souza – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. (1940/2001). *Esquema da psicanálise*. IN: FREUD, Sigmund. *Obras completas volumen 23*. Trad. José L. Etcheverry. Argentina: Amorrortu Editores, 2001.

\_\_\_\_\_. (1926[1925]/2001). Inibição, sintoma e angústia. IN: FREUD, S. *Obras completas Volumen 20*. Trad. José L. Etcheverry. Argentina: Amorrortu editores, 2001.

\_\_\_\_\_. (1914/2010). *Introdução ao narcisismo, Ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)* Trad. Paulo César de Souza – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. (1933/2010). *Novas Conferências sobre psicanálise – 31ª A dissecação da personalidade psíquica*, In FREUD, S. *O Mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias e outros textos (1923-1925)* Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. (1923/2010). *O Eu e o Id, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925)*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. (1930/2010). *O Mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias e outros textos (1923-1925)*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. (1924/2010). *O problema econômico do masoquismo*. IN: FREUD, Sigmund, *O eu e o id, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925)* Trad. Paulo César de Souza – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. (1926/2001). *Podem os leigos exercerem a psicanálise? – Diálogos com um juiz imparcial* In FREUD, S. *Obras completas Volumen 20*. Trad. José L. Etcheverry – Argentina: Amorrortu editores, 2001.

\_\_\_\_\_. (1912/2010). *Tipos de adoecimento neurótico* In FREUD, S. *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia* [“O caso

*Schreber”], Artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)* Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

NAKASU, M. V. P. *Sublimação, pulsão de morte, superego: o papel das teses freudianas sobre a cultura na elaboração das concepções metapsicológicas*. São Carlos: UFSCar, 2009.

RICOEUR, P. *De l'interprétation, essai sur Freud*. Paris: Éditions du Seuil, 1955.